

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO: algumas considerações

Carlos Magno Soeiro Mendonça¹

José Jonas Borges da Silva²

Zaira Sabry Azar³

Resumo

O presente texto trata da educação do campo no Maranhão, fazendo uma recuperação sócio histórica do objeto onde mostra a discrepância entre a educação oferecida para o urbano e para o rural. O campo, de forma genérica é entendido como espaço privilegiado do atraso, havendo uma negligência histórica no que se refere a um plano educacional para suas populações, o que é evidenciado no Plano Estadual de Educação do Maranhão, que aponta. Também vem fazer uma retrospectiva sobre o processo de luta dos movimentos e organizações sociais do campo em busca de uma educação emancipatória e as conquistas já adquiridas.

Palavras-chaves: educação no Maranhão, educação do campo, Movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto uma reflexão sobre a educação do campo no Maranhão, levando em conta que a educação destinada pelos governantes para a classe trabalhadora, em especial a do campo, sempre foi ofertada de forma precária, de qualidade duvidosa e desrespeitosa, onde tal educação não visa atender às demandas da população camponesa, mas sim, atender aos objetivos da classe dominante, que é formar sujeitos para o mercado de trabalho. Diante de tanta disparidade, a educação do campo vem surgir a partir das lutas dos movimentos e organizações sociais do campo, que sentiram a necessidade de acessarem uma educação cujo objetivo fosse valorizar os sujeitos envolvidos, com uma educação que levasse em conta sua realidade, proporcionando-lhes uma formação diferenciada por meio de conhecimentos que possibilitem uma visão libertadora sobre o mundo e que pudesse contrapor a visão imposta por quem está no poder.

O trabalho encontra-se organizado em dois itens, sendo que no primeiro, “Aspectos gerais da educação no Maranhão”, faremos um resgate histórico da disparidade na oferta da educação para a população camponesa no referido estado. No segundo item, “Educação do

¹ Graduado em Pedagogia da Terra, Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Email:mgncarlok9@yahoo.com.br

² Graduado em Geografia, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP. Graduando em Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros - Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Especialista em Educação do Campo, Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Email: jonasmst@yahoo.com.br

campo no Maranhão: um caminho” faremos uma retrospectiva sobre o longo e difícil processo de luta dos camponeses pela educação do campo.

Como metodologia foi efetivada a revisão bibliográfica, sendo importante destacar que o texto ora apresentado constitui parte da pesquisa monográfica, intitulada “Educação do campo no Maranhão: práticas pedagógicas na Escola Municipal Santa Rita no assentamento São Raimundo - Monção – MA”, realizada no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra – Território da Cidadania, da Universidade Federal do Maranhão.

1 ASPECTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO

Historicamente, no Maranhão, a oferta da educação tem sido de forma díspar, principalmente quando se refere à destinada para a população camponesa. Tal educação quando tem disponibilizado o acesso, visa privilegiar não os sujeitos do campo, mas sim o fortalecimento dos interesses de quem está no poder, ou seja, ela tem como objetivo reproduzir e tornar permanente a ideologia dominante que é a formação do homem para o trabalho.

Nesse sentido, Dantas e Bauer (2015) consideram que por volta da década de 1960.

As bases da política educacional maranhense, portanto, se amoldavam às características do coronelismo, ou seja, estruturavam-se na política paternalista, onde o que norteava o ensino e todo o sistema educacional estava intrínseco aos interesses particulares dos detentores do poder, e onde todo e qualquer progresso realizado era “oferecido como favor” da parte dos coronéis e senhores de terra. (DANTAS; BAUER, 2015, p. 6).

Dessa forma, o acesso à educação pública maranhense era mantido em estreitos limites, sendo reduzido e muitas vezes negado, o que contribuiu para o crescimento do analfabetismo, além do mais, quando disponibilizada era vista como objeto de troca, para atender os interesses políticos, afinal, segundo Costa (2008), a “educação no estado estava subordinada aos interesses dos políticos constituídos que determinavam o alcance do ensino, pois quanto menos informada fosse a população mais fácil seria mantê-los sob domínio” (COSTA, 2008, p. 34).

Isso se torna mais alarmante quando se refere à educação dos camponeses, que infelizmente sempre foi vista como mera ferramenta de preparação para o trabalho, sendo considerado que o camponês não necessitava de educação escolar para exercer sua função na

sociedade, que era trabalhar na terra. Contudo, a situação educacional maranhense foi marcada por empecilhos que consolidaram a precarização e a má qualidade na distribuição da educação no estado como “a falta de verbas para a aquisição de livros, criação de prédios escolares ou a própria formação de professores” (BORGES; SILVA; MENDES, s/d, p. 2).

Ao longo dos anos, o sistema educacional maranhense devido às trocas de governantes, foi tomando vários rumos em sua trajetória, porém, diante de tantas mudanças administrativas do Estado, não houve muitos avanços na qualidade e fornecimento da educação. A ausência de prosseguimento e instabilidade pode ser observado claramente nos dados do Plano Estadual de Educação do Maranhão (2013), que mostram a oferta de vagas para o acesso ao ensino fundamental das séries iniciais e finais de modo estadual nos anos de 2000 a 2012. Para o público dos anos iniciais (1^a a 4^a série), em 2000 foram ofertadas 160.763 vagas, sendo que em 2012 esse número caiu para 32.135, já para as séries finais em 2000, foram oferecidas 250.300 vagas e em 2012, apenas 61.032, ou seja, apenas 19,98 % do que foi ofertado em 2000, o que significa uma queda de 24,38 %. Com isso, fica bem evidenciado a drástica oferta de vagas da educação nas séries indicadas, o que pode indicar ou sugerir graves consequências para a sociedade.

A negligência histórica da política educacional para o campo fica evidenciada no Plano Estadual de Educação do Maranhão (2013, p. 33) quando diz, que “(...) a educação em áreas rurais é historicamente marcada pela ausência de políticas educacionais que garantam no currículo escolar e na experiência da educação formal, as especificidades da realidade de crianças, jovens e adultos do campo”.

A importância do campo no Maranhão pode ser observada a partir dos dados do IBGE (2010) que mostram que de 6.569.683 pessoas da população do Maranhão, 2.425.955 vivem na zona rural do estado. Na constituição do campo maranhense, destaca-se assentamentos constituídos por organizações, entidades e movimentos sociais como o MST, comunidades quilombolas, áreas indígenas, áreas extrativistas, assim, como áreas ribeirinhas. Sendo muitas das populações referentes organizadas por entidades próprias. No que se refere à educação para estas populações, a caracterização é de descaso, considerando que as escolas existentes nestas áreas, segundo Macedo e Coutinho (2013), “em sua grande maioria são escolas do 1º a 5º ano do Ensino Fundamental, são poucas as escolas que tem o Ensino Fundamental do 5º ao 9º ano e menos ainda, as que ofertam o Ensino Médio” (MACEDO; COUTINHO, 2013, p. 4).

Especificamente,

Dos 361 assentamentos estaduais, apenas em 17 tem escolas/salas de aula, sendo que em 2011, foram contabilizados apenas 85 alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, distribuídos em 07 salas de aulas...todas funcionando como anexos sem autonomia, ligadas a uma escola que fica situada na zona urbana (SEDUC/MA, 2011, apud MACEDO; COUTINHO, 2015, p. 5).

As informações acima expressão a gravidade da situação das áreas de responsabilidade estadual, pois mostram que dos 361 assentamentos apenas 0,4 % dispõem de escolas. Como consequência disso, podemos citar a não frequência de crianças à escola; o deslocamento dos estudantes para áreas vizinhas ou para a sede do município, o que em geral se dá de forma extremamente precária e em condições de perigo, somente nas áreas organizadas pelo próprio estado, mas dados do QEdu⁴, mostram o descaso educacional de forma que abrange todos os assentamentos e comunidades rurais maranhenses.

De acordo com o QEdu (2015), em 2011 foram feitas 526.774 matrículas para alunos do ensino fundamental em 9.631 escolas nas zonas rurais do estado, sendo que desse total de matrículas apenas 198.500 atenderam educandos do ensino fundamental maior (6º ao 9º ano), enquanto 328.274 se destinaram para as séries iniciais (1º ao 5º ano), ou seja, cerca de 60,46 % das matrículas nas escolas do campo são voltadas para o ensino fundamental menor.

Para um melhor aprofundamento no debate, a mesma fonte acima citada mostra que em 2014, o número de matrículas para atender o ensino fundamental em 8.871 escolas do campo, foi de 484.343, tendo em vista que desse total, apenas 195.816 foram para o fundamental das séries finais, e 288.527 para as séries iniciais, ou seja, do total geral de matrículas, 67,86 % foram destinadas para o público do 1º ao 5º ano do fundamental menor. Diante dos dados, podemos fazer uma comparação entre a oferta dos referidos níveis de ensino nos dois anos, ou seja, 2011 e 2014.

Os dados expostos acima tendem a reafirmar a ideia da não importância dos sujeitos do campo para quem está no poder, além de evidenciar a desigualdade, desrespeito e a falta de compromisso dos mesmos para com essa população. Também vem concretizar o que já foi citado acima, no que diz respeito a educação para o campo, que em sua grande maioria só é ofertado o ensino fundamental das séries iniciais, o que acaba não oferecendo oportunidade

⁴ “O QEdu é um portal aberto e gratuito, com todas as informações públicas sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. Ele oferece dados da Prova Brasil, do Censo Escolar, do Ideb e do Enem de forma simples e acessível a qualquer um, seja estudante, professor, gestor, jornalista, pesquisador ou secretário”. Fonte: <http://www.fundacaolemann.org.br/qedu/>. Acessado em 09 de julho de 2016

para os educandos continuarem seus estudos, se não migrem para localidades vizinhas ou até mesmo para a cidade.

Portanto, observa-se que o descaso de quem está no poder, ou seja, de quem administra o Estado, para com a educação destinada para a população camponesa, é grande. Essa realidade concretiza a ideia de que o sujeito que vive no campo sempre foi esquecido, deixado para trás e que tem seu direito à escola, ocultado pelos governantes. A grave situação do campo, de modo geral, pode ser observada de várias maneiras, como na dificuldade de acesso aos serviços de saúde e às políticas de produção. No tocante à educação,

Essa situação se expressa, por exemplo, na permanência de uma elevada taxa de analfabetismo no conjunto da população do Maranhão. Enquanto a média estadual atinge 23%, entre a população do campo esse percentual é ainda mais preocupante, alcançando 41,3% dos habitantes. Do mesmo modo, entre os que frequentaram a escola formal, verifica-se que a média de anos de escolaridade muito reduzida, sendo que é na zona rural que estão 72,2% dos que se encontram sem instrução ou com menos de um ano de estudo, no Maranhão (SILVA, s/d, p. 9).

Os dados expostos acima, só vem explicitar a intensidade da desigualdade e da escassez da educação destinada para o campo. Por esses motivos e outros que, segundo Miranda e Rodrigues (2010, p. 15) “o Maranhão está entre os estados com mais pobreza no Brasil. É onde se encontra o maior índice de analfabetismo, repetência e evasão escolar”.

Portanto, a oferta de educação feita pelo Estado não atende à demanda e as necessidades dos sujeitos camponeses enquanto cidadãos de direito. No Maranhão, o processo de educação para a classe trabalhadora, especificamente para a população que vive no e do campo, veio surgir também através das lutas dos movimentos, sindicatos e organizações sociais como o MST, visando a garantia do direito que os camponeses tem de obter acesso a uma educação emancipatória como veremos no item seguinte.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO: um caminho

Aqui, faremos uma retrospectiva para uma melhor compreensão no que diz respeito à história da luta por educação do campo no Maranhão. Essa longa batalha por uma educação de qualidade, com o objetivo de abranger todos os níveis de ensino e que tenha seu currículo pensado e voltado para a realidade de quem vive no campo, parte da insatisfação e indignação dos movimentos e organizações sociais do campo, diante de tanto desrespeito, considerando a

falta de compromisso e de responsabilidade dos governantes, com a população camponesa maranhense.

Segundo Cavalcanti (2009), foi na década de 1960 que os movimentos começaram a travar essa luta por educação do campo no estado, “no contexto do MEB, passando pelo movimento da pedagogia da alternância que se expandiu a partir da década de 1980 em diversos municípios maranhenses” (CAVALCANTI, 2009, p. 168). Nesse sentido, a autora diz ainda que:

Mais precisamente em 1998, quando entidades e movimentos de camponeses como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), FETAEMA (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão) e a ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão) se organizaram em torno da implantação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) no Maranhão, em ação articulada com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (CAVALCANTI, 2009, p. 169).

Nesse mesmo sentido, Cavalcanti (2009, p. 167) vem colocar que desde o referido ano esses movimentos,

Vêm se organizando em defesa de políticas públicas de educação que superem a concepção de educação rural e imprima uma concepção de educação pautada no direito humano, aliada às lutas por um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário, e que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio e ao agronegócio.

Porém, apesar das lutas, “os projetos pedagógicos que foram oferecidos ao campo eram – e ainda são em muitos casos – fragmentados e precários” (MIRANDA e RODRIGUES, 2010, p. 16). Isso fez com que os movimentos sociais, em especial como já citado a cima, o Movimento Sem Terra, viessem buscar meios de mudar tal realidade. O MST na década de 80 em todo Brasil deu início a um longo processo de lutas como “mobilizações e ações político-pedagógicas” com o objetivo de conquistar políticas públicas para a educação da sua base, acampamentos e assentamentos, “inicialmente, no campo da alfabetização de jovens e adultos, as quais, depois, se estenderam para os diferentes níveis e modalidades educacionais” (CAVALCANTI, s/d, p. 6).

Como uma das conquistas obtidas como resultado das lutas dos movimentos sociais do campo no Maranhão, tem-se a implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA no ano de 1999. Programa financiado pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, que veio para o estado como o início da transformação da

realidade da educação no campo do estado. Nessa lógica, Miranda e Rodrigues (2010, p. 19) complementam dizendo que:

O PRONERA começou suas atividades no Maranhão em julho de 1999 atendendo 3.200 alunos de 59 projetos de assentamento localizados em 37 municípios. Desde então, atendeu 20.411 trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados, sendo 19.240 em curso de alfabetização e escolarização e 1.171 nos cursos de Magistério, Técnico em Saúde Comunitária e Técnico em Agropecuária. [...] as ações do PRONERA no Maranhão começaram a ser desenvolvidas em parceria com a Fundação Sousa Andrade, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Maranhão (Fetaema) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com isso, a educação para os povos do campo maranhense começou aos poucos avançar no sentido de melhorias e qualidades, inclusive no que diz respeito à mudança do índice de analfabetismo, através dos projetos desenvolvidos através das parcerias formadas pelo PRONERA/INCRA, movimentos sociais e universidades, no caso UEMA e UFMA, que desenvolveram o programa através de “projetos nos anos de 1999 a 2009, com cursos de alfabetização, fundamental e Ensino Médio (MENEZES, 2013, p. 67). Com a conquista da educação de nível fundamental e médio, as organizações e movimentos sociais, de forma muito particular, o MST, passam a lutar também pelo ensino superior, o que acontece a partir de 2009, quando a UFMA assume curso de graduação. Tratando do contexto, pode-se dizer que,

No que diz respeito à educação em nível superior, houve um avanço de acordo com o Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação, que deu ênfase à educação do campo, desde a educação infantil à educação superior. Essa legislação deu embasamento para as reivindicações dos movimentos sociais que articulam uma parceria com o MST e universidades, para a criação de cursos de graduação de formação de educadores, que atualmente envolve instituições de ensino e estados, incluindo o Estado do Maranhão, que já tem duas turmas em execução desde 2010, com curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra (PRONERA/ UFMA/MST/ ASSEMA), e outras duas turmas que iniciaram em 2011. MST/ ASSEMA/ ACONERUQ, que funciona no Campus de Bacabal (MENEZES, 2013, p. 67).

Porém, apesar das conquistas trazidas na fala acima, é importante observar que para Sousa, Santos e Frazão (2013), “o Programa vem conseguindo atender ao que foi seu propósito de criação. Porém o quadro de beneficiários do programa deveria ser ainda maior, se considerarmos a demanda que o campo brasileiro apresenta”. (SOUSA; SANTOS; FRAZÃO, 2013, p. 4).

Mesmo com o PRONERA já demonstrando resultados, os movimentos sociais do campo no Maranhão não se acomodaram e deram continuidade às suas lutas por educação do campo e como conquista, em 2008 foi constituído o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, pelo Ministério da Educação – MEC e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Discorrendo sobre, Molina e Rocha (2014) vem diz que:

O Procampo é uma política de formação de educadores, conquistada também a partir da pressão e das demandas apresentadas ao Estado pelo Movimento da Educação do Campo. Pautada desde a primeira Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo (CNEC), realizada em 1998, a exigência de uma Política Pública específica para dar suporte e garantir a formação de educadores do próprio campo, vai se consolidar como uma das prioridades requeridas pelo Movimento, ao término da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, cujo lema era exatamente “Por Um Sistema Público de Educação do Campo” (MOLINA e ROCHA, 2014, p. 237).

Segundo Menezes (2013, p. 68), “no Maranhão, especificamente em São Luís, capital do estado, o PROCAMPO funcionou ainda no ano de 2008 com um projeto de duas turmas de Licenciatura em educação do campo, Ciências Agrária e Ciência da Natureza e Matemática”. Turmas que começaram no ano seguinte, 2009, e que teve conclusão em 2014. A autora afirma que,

No Maranhão, a proposta de implementação do curso de Licenciatura em Educação do Campo foi feita para duas habilidades: Curso de Ciências Agrária e Ciências da Natureza e Matemática, os quais funcionam em duas instituições: Universidade Federal do Maranhão e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (MENEZES, 2013, p. 84).

Atualmente, no estado, os programas estão funcionando através das duas instituições sendo, uma turma de Pedagogia da Terra - Território da Cidadania via PRONERA/UFMA, duas turmas de Licenciatura em educação do campo (Ciências Agrária e Ciências da Natureza e Matemática), oferecidas PROCAMPO/UFMA, ambos no Campus de Bacabal; uma turma de Agronomia pelo PRONERA/UFMA e quatro turmas de Licenciatura em Ciências Agrárias, Ciências da Natureza e Matemática oferecidas PROCAMPO/UFMA Campus Maracanã em São Luís.

Contudo, apesar de serem considerados como conquistas os referidos projetos educacionais apresentam-se em condições de muita precariedade, devido atrasos nas liberações de recursos para a realização das etapas dos cursos, falta de alojamentos apropriado

para receber os educandos, alimentação de péssima qualidade, e a falta de compromisso dos governantes para com a educação da classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui exposta faz uma reflexão sobre a educação do campo no Maranhão, levando em conta que esse modelo de ensino vem se contrapondo aos ideais políticos e educacionais da classe dominante, em relação ao processo educativo do homem e da mulher do campo. Nesse sentido, a trajetória educacional no referido estado tem em sua característica central a desigualdade, pois a educação destinada para a população que vive no e do campo, sempre foi ofertada de forma discrepante no que diz respeito à educação oferecida para a zona urbana e para a zona rural, o que deixa as escolas do campo, em geral situação de precariedade.

Tal situação se deve pela visão preconceituosa da classe dominante no que se refere ao campo (zona rural) ocasionando na maioria das vezes a ocultação e negação dos direitos dos camponeses enquanto cidadãos de direitos, impossibilitando assim, ou pelo menos dificultando o exercício pleno da dignidade com o acesso à moradia, produção, saúde de qualidade, e de forma muito particular, o direito à educação, principalmente a educação crítica que configura a proposta da educação do campo. Vale ressaltar que o descaso, o desrespeito e a falta de compromisso dos governantes para com o sistema educacional da classe trabalhadora, em especial a do campo, tem contribuído com o aumento da migração camponesa, pois na maioria das vezes a educação oferecida para o campo só visa atender ao público da Educação Infantil e ao Ensino Fundamental em classes multisseriadas, sendo que das vagas para as escolas do campo, pode-se dizer que 80% é destinada para alunos do 2º ao 5º ano do fundamental menor. Isto contribui para que muitos jovens e adolescentes deixem o campo em busca de estudo nas escolas das zonas urbanas.

A educação é um instrumento valioso no processo de formação do ser humano. Pode-se concluir que, no Maranhão, a precariedade da educação para a classe trabalhadora, principalmente a camponesa, é fruto do egoísmo e de uma visão antagônica de quem está no poder, no que diz respeito ao campo.

Destaca-se que a educação do campo no Maranhão só começa a tomar outro rumo, mesmo que com limites e dificuldades, a partir da indignação dos movimentos e organizações

sociais do campo que sentiram a necessidade de reivindicar o acesso a uma educação do campo de qualidade voltada para a realidade dos sujeitos envolvidos, visando beneficiar o homem e a mulher do campo, enquanto sujeitos protagonistas de sua própria história e capazes de verem o mundo através de uma visão libertadora, ou seja, uma educação emancipatória, contrapondo os ideais da classe dominante.

Conclui-se ainda que, mesmo com algumas conquistas já obtidas, fruto desse processo de luta por educação do campo pelos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, no que diz respeito ao acesso a programas voltados para a educação do campo, observa-se que não é o bastante para atender às necessidades educacionais dos camponeses, devido a implantação desta modalidade de ensino não obter apoio dos governantes.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. L. D.; SILVA, D. R.; MENDES, M. J. S. **Educação Pública maranhense: um olhar sobre a instrução pública a partir de leis, decretos e regulamentos.** s/d. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anaisvicbhe/.../574.doc>. Acesso em: 05 de jul. de 2016.

CAVALCANTI, C. R. **O movimento pela educação do campo: contexto histórico e fundamentos político-pedagógicos.** s/d. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/o-movimento-pela-educacao-do-campo-e-os-desafios-da-construcao-de-uma-politica-publica-de-educaca.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2016.

_____. **O Movimento Nacional Por Uma Educação Do Campo e os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo no Maranhão** - In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (org). **Sobre Políticas Educacionais no Brasil: interpretação acerca das lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI I.** São Luís: EDUFMA, 2009.

COSTA, C. M. **Modernidade e atraso na educação pública maranhense: Uma análise dos discursos governamentais (1966 a 1979).** São Luís, 2008. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/curso/monopdf2007.2/8.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

DANTAS, Vanessa Amorim; BAUER, Carlos. **O ensino público maranhense em tempos de ditadura civil-militar.** 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/o-ensino-publico-maranhense-em-tempos-de-ditadura-civil-militar.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2015.

IBGE. **Censo 2010.** 2010. Disponível em : <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=21>> Acesso em 07/06 2016.

MACEDO, M. Sousa; COUTINHO, A. F. **O contexto das políticas públicas para a educação básica no campo na primeira década do século XXI no estado do Maranhão.** 2013. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br/joinpp2013/JornadaEixo2013/estadolutassociaisepoliticaspu>. Acesso em 07 de julho de 2016.

MENEZES, Marly Cutrim de. **Políticas educacionais do campo: PRONERA e PROCAMPO no Maranhão – São Paulo.** 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3522/1/Marly%20Cutrim%20de%20Menezes.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2016.

MIRANDA, Aline Silva Sousa de; RODRIGUES, Ubiratane de Moraes. **Gestão Educacional do Campo: um olhar panorâmico sobre a realidade do Maranhão.** UemaNet, São Luís, 2010.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Educação do Campo no Maranhão.** 2013. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/ma_pee.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2016.

ROCHA, Helianane Oliveira. Da educação rural à educação do campo: as “velhas” lutas políticas como espaço de emergência de novos conceitos. 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/velhas-lutas-politicas-HeliananeRocha.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Do cenário e da necessidade de uma educação do campo no Maranhão.** s/d. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br/.../do-cenario-e-da-necessidade-de-uma-educacao-do-campo-no>. Acesso em 07 de julho de 2016.

SOUSA, Gilvandro Veras de; SANTOS, José Osman Silvino; FRAZÃO, Pedro Igor Santana. **A educação do campo como prática transformadora.** 2013. Disponível em: <<http://educacaodocampopb.xpg.uol.com.Br/IIEPPECPCB2013/GT-%203/4.pdf>>. Acesso em 05/02/2016.